



BASES EPISTEMOLÓGICAS DA DETERMINAÇÃO GEOGRÁFICA: UMA RELEITURA À LUZ DA CONTEMPORANEIDADE

João Paulo Rabello de Castro Centelhas ¹

RESUMO

Este trabalho busca revisitar o problema do "determinismo ambiental" ao interrogar a importância do geográfico na determinação da realidade e da reprodução social. Sua relevância emerge da seguinte interrogação: o princípio de causalidade na ciência geográfica pode existir sem a compreensão do que é o geográfico na determinação do real? A partir deste questionamento, o presente trabalho visa reconsiderar a problemática concernente ao determinismo à luz de novas contribuições teóricas, que articulem as relações entre ser e estar, entre ação e objeto, entre práticas territoriais e cognição espacial.

Palavras-chave: Determinação geográfica, epistemologia, princípios lógicos, geograficidade, ontologia.

RESUMEN

Este trabajo busca revisitar el problema del "determinismo ambiental" cuestionando la importancia de lo geográfico en la determinación de la realidad y la reproducción social. Su relevancia surge de la siguiente pregunta: ¿puede existir el principio de causalidad en la ciencia geográfica sin comprender qué es lo geográfico en la determinación de la realidad? A partir de esta pregunta, el presente trabajo pretende reconsiderar la cuestión del determinismo a la luz de nuevos aportes teóricos, que articulan las relaciones entre ser y estar, entre acción y objeto, entre prácticas territoriales y cognición espacial.

Palabras clave: Determinación geográfica, epistemologia, principios lógicos, geograficidad, ontologia.

¹ Professor Adjunto do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, joacentelhas@gmail.com;

INTRODUÇÃO

Tornou-se lugar comum no expediente de muitas disciplinas e livros dedicados à história do pensamento geográfico a associação da gênese da Geografia Moderna, em especial, o pensamento de Friedrich Ratzel, ao que se designou como “determinismo geográfico”. A noção de que as condições ambientais (“naturais”) possam servir de fator explicativo às formações sócio-culturais ainda é amplamente renegada dentro dos cursos de Geografia, acusada de índole positivista e redutora da complexidade histórica e social.

A questão em grande medida se consolidou em razão de dois grandes marcos, a saber, a palestra proferida por Vidal de La Blache, e publicada nos *Annales de Géographie*, em 1913, onde argumenta que “A Geografia é a ciência dos lugares e não a ciência dos homens” (LA BLACHE, 1913:299), e, sobretudo, a obra do historiador Lucien Febvre, de 1922, “*A terra e a evolução humana: introdução geográfica à história*”, em que o autor desfere múltiplos ataques às obras de Ratzel, visando estabelecer a demarcação disciplinar dos objetos científicos e os respectivos territórios corporativos entre as ciências humanas. Nesta obra, Febvre opta por uma estratégia teórica de separação metodológica entre os trabalhos de La Blache e os trabalhos de Ratzel, criando a distinção que mais tarde receberá ampla aceitação nos cursos de Geografia e nas demais ciências humanas, isto é, a distinção entre a corrente “possibilista” e a corrente “determinista”. Esta obra de Febvre é a culminância de um debate que desde o final do século XIX já vinha sendo realizado por célebres representantes das ciências humanas, cujos mais notórios são: Durkheim (1897;1898;1899); Mauss (1904); Sion (1904); e, posteriormente, Boas (1930).

A obra “*Antropogeografia: princípios de aplicação da ciência geográfica à história*” (1882 e 1891) tem como objeto central a influência que as condições naturais exercem sobre a humanidade e o desenvolvimento dos povos. A particularidade deste objeto e sua intrincada complexidade justificariam, segundo Ratzel, o pleito à existência de um campo específico de estudos, a *Antropogeografia*. A reação de sociólogos, especialmente de Durkheim, nos *L'Année Sociologique*, contra a pretensão e os fundamentos das obras *Anthropogeographie* e *Politische Geographie* demonstra o forte desejo em manter e assegurar as demarcações analítico-disciplinares, argumentando que as dimensões espaciais concernentes à reprodução social seriam um sub-campo da Sociologia denominado “Morfologia Social”.



Mais tarde, através da obra de Febvre (1922), a diferenciação entre “Morfologia Social” e “Antropogeografia” receberá um estatuto metodológico, definido respectivamente como “método sociológico” e “método geográfico”. Além de estabelecer tal distinção, que fundamentará as designações entre “possibilismo” e “determinismo”, Febvre se utiliza dos últimos escritos de La Blache para defender o que ele intitulou, em um de seus capítulos, como “uma Geografia Humana modesta”, isto é, uma ciência que tem por tarefa a análise “do meio em que se desenvolve a vida humana” (FEBVRE, 1925:88), ou seja, a atividade humana e social tem sua importância apenas como fator partícipe da formação dos lugares e das paisagens, e não seria propriamente o objeto a ser explicado pela Geografia. Através deste expediente, Febvre conserva as fronteiras analíticas, satisfazendo boa parte dos interesses corporativos de diferentes campos do saber.

A obra de Ratzel, segundo Marcos B. Carvalho, tinha “a ambição em formular um conhecimento integrativo, que em outra ocasião caracterizamos como *antropo(bio)geográfico*, talvez tenha sido o maior dos seus méritos, como assinala a *Enciclopédia* [Enciclopedia Internacional de La Ciencias Sociales] e, também, o maior de seus pecados.”. (CARVALHO, 1997:16).

Se as obras de Ratzel possuem ambivalências, contradições e insuficiências, caberia ao campo geográfico entender o melhor delas, para que a própria ciência geográfica pudesse consolidar seus embasamentos teórico-metodológicos com mais rigor, a partir de sua própria reconstrução interna (porém, aberta). Todavia, o que se observou foi uma resolutiva exógena à própria Geografia, que acabou sendo internalizada em certa medida acriticamente. A conformação da Geografia a uma “ciência modesta”, ou, como dizia Lacoste (2005), a uma disciplina simplória e enfadonha, ou mesmo, a “um saber desinteressado”, trouxe duas consequências: o escamoteamento de seu sentido estratégico; e a estigmatização da determinação geográfica sobre o devir humano e social. A reação pioneira de Lacoste, em seu livro seminal, “A Geografia serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra”, trouxe à tona a importância capital da dimensão geográfica na compreensão das tramas políticas e geopolíticas, como também na compreensão das transformações sociais contemporâneas a partir de uma organização espacial da produção e do consumo tendencialmente multiescalar. A renovação do pensamento geográfico a partir da década de 70 permitiu ampliar o escopo das problemáticas geográficas. O horizonte das questões sociais e culturais é progressivamente incorporado a partir da Geografia Crítica, da Geografia Cultural e da Geografia Humanística. Neste diapasão, as



relações territoriais da sociedade são postas em evidência, e a dimensão espacial ganha importância explicativa na reprodução social.

Tal caminho de renovação trilhado pelo pensamento geográfico desde a década de 70, por outro lado, revela uma gradativa descaracterização na forma como o conteúdo geográfico é abordado nas pesquisas e trabalhos desde então. Moreira (2011) argumenta – no próprio título de seu artigo – que a Geografia está “correndo atrás do prejuízo” em razão de ter abandonado em certa medida seus fundamentos enquanto *discurso teórico*, ou, *forma*, incapacitando a própria ciência geográfica na construção de sua sintaxe. Ao estabelecer uma metáfora com a poesia “Rios sem discurso”, de João Cabral de Melo Neto, Moreira afirma que “A Geografia é um rio que perdeu sua sintaxe. Assim como um rio no sertão nordestino que perde seu prumo e rumo quando o fio contínuo de água corta na seca (...)” (Ibidem, p.02). Para o autor, a descaracterização do pensamento geográfico se confirma pelo abandono de seus princípios lógicos, a saber, da localização, da distribuição, da distância, da extensão, da densidade, da conexão, da delimitação e escala no estudo dos territórios e das paisagens (MOREIRA, 2011:118)

Para Martins (2016:6162), tal descaracterização do pensamento geográfico teria início na década de 80. O autor é preciso em indagar: “sem esta forma determinada, podemos identificar o conteúdo que ela representa?”. Pois, segundo Martins (2016), a *forma* em questão é propriamente o *pensamento geográfico*, e o *conteúdo* é a dimensão ou o *fundamento geográfico da realidade*; resta saber se o pensamento geográfico está conseguindo representar adequadamente tal fundamento. Por isso, a relevância em se resgatar os princípios lógicos da Geografia, pois são estes o “arcabouço lógico-metodológico” (MOREIRA, 2015) que permite orientar teoricamente nossas representações/conceitos/categorias.

Por conseguinte, o objetivo deste estudo se direcionou a analisar as formas de compreensão da dimensão geográfica sobre a reprodução social, especialmente na relação entre a localização, os objetos, a prática social e a cognição. A necessidade de se resgatar a determinação geográfica no devir do homem é imperiosa para se efetivar uma compreensão mais integrativa da relação sociedade-natureza, e reinstaurar com mais assertividade a relevância da Geografia nas ciências humanas e defender sua importância junto aos desafios que se apresentam à humanidade no contemporâneo. Cada vez mais, tais desafios exigem uma consciência geográfico-locacional mais complexa aliada a práticas territoriais versáteis e articuladas em múltiplas escalas.

A execução da presente pesquisa contou primeira e fundamentalmente com um amplo exame bibliográfico pertinente ao tema em tela. Num primeiro momento de sistematização, buscou-se articular autores da Sociologia, da Antropologia, da História e da Geografia que estabeleceram as demarcações analíticas clássicas entre estas distintas áreas do conhecimento. Para tanto, foram analisadas as seguintes obras: Ratzel (1990); Durkheim (1897; 1898; 1899); Mauss (1904); Sion (1904); La Blache (1913; 1922); Febvre (1925); Boas (1930).

Este primeiro momento de investigação analítica e metodológica objetivou problematizar um conjunto de ideias filiadas à designação de *determinismo geográfico*. A reconfiguração necessária deste rico debate teórico foi fundamental para o momento seguinte da pesquisa, a saber, a distinção conceitual entre determinismo geográfico e *determinação geográfica*. A discussão teórico-metodológica do primeiro momento foi tensionada em razão de novos aportes bibliográficos e teóricos baseados em fontes interdisciplinares e contemporâneas das relações entre ação e objeto, entre prática territorial e cognição, entre ser e estar, entre percepção, corpo e espaço.

REFERENCIAL TEÓRICO

Os rótulos febvrianos de “determinismo” e “possibilismo” penderam à estereotipação de uma problemática extremamente complexa concernente ao pensamento geográfico. A oposição entre ambos os termos foi caracterizada por uma polaridade simplificadora entre a “fatalidade geográfica” e a “onipotência do homem”, representando de forma caricatural as perspectivas de Ratzel e de La Blache sobre a complexa relação entre as condições ambientais do meio e sua influência sobre o homem, a cultura e sua história.

Embora a presença, em certa medida, de uma inclinação nomotética nas obras ratzelianas possa ser identificada, vide que o autor endossava enquanto meta epistêmica da Antropogeografia uma espécie de “Antropogeografia mecânica” (RATZEL, 1990:38), alicerçada numa visão totalizante do fenômeno humano, Ratzel tinha plena consciência da necessidade do estudo das singularidades para uma compreensão adequada das diferenças culturais entre os povos. Após defender a necessidade de uma perspectiva “hologeica” (abraçadora de toda a Terra na compreensão da Geografia do Homem), o



autor afirma que “(...) o método natural da pesquisa antropogeográfica é sempre aquele que é impulsionado pela determinação exata dos fenômenos singularmente considerados.” (RATZEL, 1990:98). Neste sentido, embora a meta seja alcançar a clarividência sobre os elementos essenciais que determinam a relação entre as afecções humanas e as condições ambientais do meio geográfico, ou, “(...) um estudo completo da influência que o solo exerce sobre os movimentos históricos” (RATZEL, 1990:38), Ratzel em diversos momentos afirma a complexidade deste empreendimento, e se contrapõe com veemência a qualquer atividade simplificadora no âmbito dos estudos antropogeográficos. Suas críticas são recorrentes a diversos autores por suas apressadas e inadequadas formas de estabelecer uma suposta relação de causalidade entre ambiente físico e cultura. Na obra Antropogeografia, o autor de início enfatiza um ponto central na análise da relação homem-meio:

Porém, como sempre ocorre no desenvolvimento dos problemas científicos, nem tudo é governado por leis de necessidade; frequentemente, a casual concomitância de vários fenômenos históricos intervém também e exerce a sua influência. (...) Na verdade, a esses problemas não pode permanecer estranho o pensador que investigue a sorte e o futuro da humanidade. Embora se observe, ao longo da evolução dos conceitos acerca das relações entre a natureza e a história, que as obras tanto de uma quanto da outra se tornam plenamente manifestas a qualquer ponto de vista, perceber a influência que a primeira exerce sobre a segunda é, ao contrário, algo extremamente difícil, tanto que se pode encontrar a esse respeito muitos conceitos prematuros e arriscados, que permaneceram, por isso, ineficazes e esquecidos, de modo que o que vemos sempre é o estudo ser retomado do início. (RATZEL, 1990:33)

Neste sentido, o escrutínio sobre como se constitui esta determinação deve ser o centro da análise epistemológica, verificar sua complexidade sem reduzir a diferença ontológica da metamorfose criativa do homem, e, por outro lado, sem obnubilar o caráter condicionado desta ontologia, cujo ambiente tem inegavelmente sua ‘influência’ ou “determinação”.

A história humana não é feita somente pelo arbítrio dos sujeitos sociais, estes sofrem determinações que lhes fogem a escolha, mesmo que estas tenham origem na própria prática humana. Isto já é bem sedimentado pelas discussões sociais clássicas do século XIX, em Marx, o sujeito age sob condições materiais históricas que não partem de sua escolha e consciência, em Durkheim, as ações individuais estão consubstanciadas a determinações de ordem social, o homem reproduz práticas, costumes, hábitos e formas de pensar que não lhe são inteiramente conscientes; logo, as influências do ambiente, por



sua vez, não podem ser consideradas como aspectos por inteiro conscientes, controláveis e plásticos ao desejo humano, as mudanças climáticas que o digam.

A singularidade humana, em seu autofazer-se, não cabe mais ser perscrutada mediante uma metafísica apartada do mundo, ou, por outro lado, mediante uma historicidade des-espacializada. Ao contrário, seja pela “inflexão historicocêntrica” de Hegel (VAZ, 2020), seja pelo Dasein (Ser-no-mundo) de Heidegger, seja pela corporeidade do Ser de Merleau-Ponty, entre outros, afirma-se a necessidade de se pensar o espírito humano encarnado às condições de finitude de sua existência. Esta finitude impõe estabelecer os fundamentos sobre os quais o Ser existe. Martins (2007) arroga a importância de se considerar o “fundamento geográfico do Ser”, isto é, a determinação geográfica na definição da existência do homem, e, portanto, o fato da realidade possuir uma ordem geográfico-locacional que estrutura o modo como as relações sociedade-natureza se estabelecem e como nossa cognição e prática ganham sustentação.

Por ora, tal conjuração de referências caminha para a necessidade de um resgate a uma cultura transdisciplinar, que foi o grande mérito do pensamento ratzeliano, a ambição de um “princípio hologeico” que busca articular um conhecimento Antropo(bio)geográfico (CARVALHO, 1997). Esta ambição, embora soe desmesurada para alguns, progressivamente ganha importância nevrálgica aos desafios hodiernos que se impõem à sobrevivência da humanidade sob a égide do “capitalismo apocalíptico”. A crise multidimensional em que se situa a humanidade exige respostas multidimensionais, exige o reconhecimento de uma vinculação profunda a que a vida humana enquanto tal esta constituindo com seu ecúmeno, e deste endereçando o seu destino. A reposição de um problema milenar a uma crise que é de ordem contemporânea, isto é, o problema das influências da natureza sobre a humanidade e sua história em face a crise multidimensional que aflige a civilização permite quiçá descortinar com mais vigor e precisão as ameaças em tela e a condição para o futuro da humanidade que se avizinha.

Deste modo, voltemos ao aspecto central deste trabalho, a saber, a determinação do geográfico na definição do real. Apesar deste tema ter uma complexidade intestina, podendo ser desdobrado numa multiplicidade de ramificações, entende-se que esta questão tem como centro de gravidade o modo como a ordem locacional da coexistência multiescalar estabelece em ato e potência as relações do mundo. Esta estruturação geográfica da realidade participa como dimensão causal ou explicativa do seu modo de funcionamento, e, portanto, o fenômeno humano e sua complexidade não pode ser



plenamente reconhecido em sua essência sem a compreensão desta estrutura geográfica do ser.

Voltando a Ratzel, o autor nos traz uma relevante observação:

Não devemos pois considerar a variabilidade do homem de maneira tal que em certo sentido qualquer influência externa deva deixar sobre ele sua marca, e uma marca característica cuja natureza se possa até reconhecer; o homem é um organismo que segue as *próprias* leis e que sempre de acordo com estas, embora de forma independente, elabora tudo aquilo que lhe provém do exterior. Este afirmar-se da individualidade humana em meio às influências exteriores, não obstante as violentas relações que lhe são impostas, constitui um elemento essencial do conceito de *vida* (...). Verifica-se de todo modo como era escasso o fundamento do conceito de que os povos podem se adaptar exatamente ao seu ambiente como se este [os povos] fosse uma massa plástica, de modo a se tornar com o tempo um espelho do próprio ambiente; e como por outro lado se impõe a constatação de que os povos, sendo constituídos por organismos vivos, estão sujeitos à lei da variabilidade, não podendo portanto subtrair-se à ação das influências externas. (RATZEL, 1990:61-62)

Esta passagem é a demonstração cabal de que Ratzel nunca pensou a determinação do meio como algo linear, simplório e afeito a um reducionismo da singularidade humana, mas antes a preocupação em considerar a individualidade do homem no seu “teatro de acontecimentos”, na malha de fenômenos que o constitui enquanto ser mundano. Tal passagem abre a possibilidade a uma compreensão efetivamente dialética da relação homem-meio, ao passo que conserva a diferença ontológica do homem em relação à natureza, compreende simultaneamente a relevância das “influências externas” no seu devir. Embora alguns intérpretes argumentem que a compreensão ratzeliana desta relação seja enviesada por uma perspectiva “biologizante”, Ratzel em contrapartida é ciente dos aspectos diferenciadores da “individualidade humana”, considerando elementos etnográficos, políticos e territoriais, embora tenha dado pouco ênfase a elementos propriamente sociológicos.

Seu mérito nesta relação é buscar a compreensão do Homem por um processo de longa duração histórico-geográfica e de escala global, vide sua crítica à perspectiva provinciana da Filosofia da História de Fichte, Schelling e Hegel por considerar a história da Europa como referência à história da humanidade, e, sobretudo, por desprezar os fatores geográficos na tentativa de explicação de uma história universal.

É interessante notar, que tal perspectiva é também compartilhada por La Blache, em “Princípios de Geografia Humana”, o que foge completamente à concepção de Lucien Febvre por uma divergência metodológica entre ambos:



(...) à maioria dos historiadores e sociólogos a Geografia não interessa senão a título consultivo. Parte-se do homem para chegar ao homem; representa-se a Terra como 'a cena em que se desenrola a atividade do homem', sem refletir que a própria cena tem vida. O problema consiste em dosear as influências sofridas pelo homem, em aceitar que um certo gênero de determinismo atuou no decurso dos acontecimentos da História. Assuntos sem dúvida sérios e interessantes, mas que para serem resolvidos, exigem um conhecimento simultaneamente geral e profundo do mundo terrestre, conhecimento que não foi possível obter senão recentemente. (LA BLACHE, 1954:25)

Cada vez mais se reforçou a noção de fatos gerais ligados ao organismo terrestre e, com justificada razão, F. Ratzel insiste nesta concepção, que lhe serviu de pedra angular na sua *Antropogeografia*. Os fatos de Geografia Humana ligam-se a um conjunto terrestre e apenas por este são explicáveis; relacionam-se com o meio que, em cada lugar da Terra, resulta da combinação das condições físicas. (LA BLACHE, 1954:26)

Deste modo, não é possível pensar a adaptação humana ao meio geográfico, considerando apenas o determinante histórico-cultural, urge a necessidade de se pensar a historicidade em comunhão com os condicionantes materiais do meio geográfico, as dinâmicas e os elementos biogeofísicos, as técnicas, o trabalho social cristalizado nas paisagens, a integração geoeconômica e infraestrutural em escalas progressivamente mais amplas. Obviamente, não se trata de negligenciar, após mais de 50 anos de afirmação da historicidade do espaço, seus condicionantes políticos, culturais, técnicos e sociais, entretanto é relevante caracterizá-los em face a uma base geográfica que não é inerte e muito menos desprovida de intencionalidades projetadas, que se renovam e se reconfiguram em escalas de biopoder cada dia mais sofisticadas.

Para se compreender este ponto, buscar-se-á a contribuição de dois autores que possuem uma distância histórica a cerca de um século, Franz Boas e Bruno Latour. O primeiro foi um grande interlocutor sobre o tema do determinismo geográfico nas ciências humanas. Num texto em que problematizava questões sobre a metodologia nas ciências sociais e possíveis equívocos de método na análise da dimensão cultural das sociedades, Boas se dirige à discussão do determinismo, sintetizando seu ponto de vista na seguinte passagem:

As condições ambientais podem estimular as atividades culturais existentes, mas elas não têm força criativa. O mais fértil solo não cria a agricultura; as águas navegáveis não criam a navegação; um abundante suprimento de madeira não produz edificações de madeira. Mas onde quer que exista agricultura, arte das navegações e arquitetura, todas essas atividades serão estimuladas e parcialmente moldadas segundo as condições geográficas. O mesmo meio ambiente irá influenciar a cultura de maneiras diversas, de acordo com os bens culturais dos povos. As planícies ocidentais de nosso país, que influenciaram os índios de um modo específico antes de eles terem cavalos, influenciam os mesmos povos de outra forma, depois que eles

passaram a ter cavalos; e também diferente é sua influência sobre a vida do moderno povoador agrícola, pastoril ou industrial.

Desse modo, é infrutífero tentar explicar a cultura em termos geográficos, pois não conhecemos sequer uma cultura que tenha se desenvolvido como resposta imediata às condições geográficas; sabemos apenas de culturas influenciadas por elas. Sem dúvida a localização de uma população – quer possibilite contatos múltiplos e fáceis com vizinhos de outras culturas, quer esteja situada em áreas inacessíveis – influencia o desenvolvimento de sua cultura, pois a resposta aos estímulos externos, o conhecimento de novos modos de agir e de pensar são elementos importantes para promover mudanças culturais. Entretanto, as relações espaciais dão apenas a oportunidade para o contato; os processos são culturais e não podem ser reduzidos a termos geográficos. (BOAS, 2010:61-62)

Observa-se que o autor concede importância das influências geográficas no curso dos eventos históricos e culturais dos grupos sociais, todavia, condena a tentativa de explicar a cultura por termos geográficos, no caso, compreende-se esta postura como uma sinalização metodológica no sentido de que a chave de interpretação dos processos culturais não deve ser empreendida somente ou *exclusivamente* por códigos e termos estritamente geográficos. Não obstante, anular os determinantes geográficos das práticas e significações também não favorece um vislumbre mais profícuo sobre suas existências. Ainda mais, por que muitos destes pensadores clássicos estão centrados sobre o embate entre os condicionantes naturais (fisiográficos ou geocológicos) e a trama histórico-cultural, e marginalizam a socialização da materialidade geográfica, isto é, que mediante o trabalho, as bases geográficas da existência dos povos torna-se um híbrido, contendo o acúmulo do trabalho social, suas significações, as técnicas e, portanto, a fronteira divisória entre o que é humano-social e o que é natural-geográfico gradativamente vai se esvaindo, tornando o universo geográfico uma obra sócio-ecológica, que projeta passivamente interesses, representações e ações.

É neste sentido que trazemos ao debate as contribuições de Bruno Latour desenvolvidas no livro “Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede”. Neste, o autor elabora um capítulo cujo título é: “Terceira fonte de incerteza: os objetos também agem”. Embora a discussão não seja completamente inovadora, pois já se constata algo do tipo no conceito de “prático-inerte” de Jean-Paul Sartre, e resgatado em obras de Milton Santos (que mencionaremos mais à frente), é extremamente válido examinarmos com mais atenção esta problemática do papel dos objetos no curso das ações humanas e sociais. Diz o autor:



O motivo pelo qual os objetos não tinham oportunidade de desempenhar papéis antes não se devia unicamente à definição do social usada pelos sociólogos, mas também à própria definição de atores e ações geralmente escolhida. Se a ação se limita ao que os humanos fazem de maneira “intencional” ou “significativa”, não se concebe como um martelo, um cesto, uma fechadura, um gato, um tapete, uma caneca, um horário ou uma etiqueta possam agir. Talvez existam no domínio das relações “materiais” e “causais”, mas não na esfera “reflexiva” ou “simbólica” das relações sociais. Em contrapartida, se insistirmos na decisão de partir das controvérsias sobre atores e atos, *qualquer coisa* que modifique uma situação fazendo diferença é um ator – ou, caso ainda não tenha figuração, um actante. Portanto, nossas perguntas em relação a um agente são simplesmente estas: ele faz diferença no curso da ação de outro agente ou não? Haverá alguma prova mediante a qual possamos detectar essa diferença?

(...) esses implementos fazem muita diferença e são, pois, segundo nossa definição, atores – ou, mais exatamente, *participes* no curso da ação que aguarda figuração.

Isso, é claro, não significa que participe “determinem” a ação, que cestos “provoquem” o transporte de comida ou que os martelos “imponham” a inserção do prego. Essa inversão no rumo da influência funcionaria apenas como o meio de transformar os objetos nas causas cujos efeitos seriam conduzidos pela ação humana agora limitada ao papel de mero intermediário. Ao contrário, significa que devem existir inúmeros matizes metafísicos entre causalidade plena e a inexistência absoluta. Além de “determinar” e “servir” de pano de fundo para a ação humana, as coisas precisam autorizar, permitir, conceder, estimular, ensejar, sugerir, influenciar, interromper, possibilitar, proibir etc. (LATOUR, 2012:107-108)

Se Latour afirma que há inúmeros matizes entre a causalidade plena e a inexistência absoluta, parece que negar a “determinação” dos objetos também não configura ser uma terminologia adequada, pois no âmbito humano-social muito raramente se trata de compreender a determinação por um viés unidimensional, como recorrentemente nos ensina Ratzel. O que se trata, como bem diz Marx, nos *Grundrisse*, é compreender o real “como síntese de múltiplas determinações” (MARX, 2011:77-78). E, neste caso, os objetos – e podemos estender à materialidade geográfica – participam como um dos determinantes da realidade social.

Se os objetos “portam”, “pre-dispõem” ou projetam ações (como “autorizar, estimular, ensejar, sugerir, influenciar, interromper, possibilitar, proibir etc.”), devemos considerar da maior importância a função que os mesmos exercem nos termos das relações sociais vigentes, isto é, como eles são engendrados segundo os ditames das relações de propriedade, de classe e de poder. Os sistemas de objetos em curso caminham dentro de relações de controle e de produção de práticas e de subjetividades da “sociedade de controle” (DELEUZE, 2013) e da “sociedade burocrática de consumo dirigido” (LEFEBVRE, 1980). Soma-se ainda as inovações do capitalismo tardio que sofisticam seus aparelhos de vigilância e subjetivação, participando inovações como algoritmos, inteligência artificial, GPS, Big Data, redes sociais e grandes agências de tecnologia da

informação que sistematizam nossos humores, afetos, emoções e leituras da realidade, assumindo e projetando um grande poder sobre as práticas sociais.

Neste sentido, o próprio conceito de objeto deve ser ressignificado à luz das inovações técnicas que garantem ao mesmo uma nova figuração social, cada dia mais ativa e gerenciadora dos apetites subjetivos das personas socialmente articuladas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente tese defende a importância capital em se resgatar (e reconstruir) a noção de *determinação geográfica* a partir de uma matriz epistêmica pautada no paradigma da complexidade, e, portanto, na multirreferencialidade, sendo a determinação geográfica uma das referências que constituem a realidade objetiva das sociedades. A necessidade de se reconsiderar as relações entre ação e objeto (LATOUR, 2012; SANTOS, 2004; JAMESON, 1988), entre prática territorial e cognição (LYNCH, 2011; LACOSTE, 1988; CAPEL, 1973; CENTELHAS, 2017), entre ser e estar (MOREIRA, 2008; MARTINS, 2007; 2016), entre percepção, corpo e espaço (MERLEAU-PONTY, 1971; 1990; 2000; LIMA, 2010; INGOLD, 2000; VARELA, 2003; MATURANA, 2001) é absolutamente prioritária para se definir os eixos analíticos aos quais a determinação geográfica será requalificada.

Ao nos referirmos à determinação geográfica, estamos preliminarmente dizendo que a localização das coisas, dos processos e dos fenômenos importa na definição dos mesmos, ou seja, onde os acontecimentos ocorrem constitui parte fundante de sua própria natureza. É a partir da situação geográfica de um objeto/sujeito/fenômeno que o quadro de relações que o determinam pode ser estabelecido objetivamente, mesmo que não seja visível de imediato dada a condição descontínua, intermitente e multiescalar das conexões territoriais. Desta maneira, a localização das coisas não é aleatória, obedece a determinadas lógicas de relação, causalidades de múltiplas naturezas, que formam a ordem espaço-temporal do mundo em várias escalas. Localizar depende sempre de um “sistema de referências” que relacione a nível lógico e semântico determinado fato ou fenômeno, e neste sentido tal sistema depende de uma escala de racionalização e aspectos teórico-conceituais de representação. Isto porque localizar não é simplesmente pontuar



cartograficamente o objeto (mesmo que tal expediente tenha seu valor indutivo), mas sim relacionar espacialmente sua existência, seu funcionamento e suas inter-afecções. Para tanto, não basta dirigir a localização pelo convencionalismo dos quadros empíricos casuais, mas antes é necessário teorizar a geografia (enquanto realidade) que é estrutura constituinte das relações.

O paradigma clássico vinculado ao rótulo de “determinismo geográfico” esteve circunscrito sobretudo à relação das influências do meio geográfico sobre a cultura e a história. Ratzel em diversas passagens da obra Antropogeografia afirma que a possível relação de causalidade do meio sobre o homem só poderia ser considerada como fruto de um longo processo temporal, cuja existência deveria ser investigada cuidadosamente, pois as influências do meio sobre o homem dificilmente poderiam ser isoladas e identificadas, já que este nunca emergiu unicamente, enquanto grupo social, do mesmo lugar, e dificilmente se reproduziu historicamente sem contatos com demais povos e culturas. Sendo assim, as relações de causalidade entre ambiente e sociedade nos termos da localização, encontrariam sempre o complexo problema da difusão espacial e das trocas, assimilações e intercâmbios entre povos vizinhos.

Não obstante, o que se argumenta no presente trabalho, em certa medida independente da dimensão temporal, é que não existe prática social que não seja geograficamente determinada, por isso queremos dizer que toda prática social está consubstanciada à realidade geográfica, em sua materialidade e simbologia, e imprescindivelmente é dependente desta. A ação só existe a partir da realidade objetual/material que lhe confere existência, mesmo o pensamento, cuja materialidade não é evidente, habita um corpo. Deste modo, a noção de uma ação e de uma cognição desprovida de materialidade e geograficidade é, para os termos do presente estudo, um equívoco conceitual. Trata-se, cada vez mais, de compreender as condições de situação que a prática está possibilitada/negada, não necessariamente de modo apriorístico, como uma pré-determinação, mas no curso da relação entre a prática e sua materialidade.

Logo, não é possível deduzir a determinação geográfica da prática social sem se considerar o modo como esta se realiza, a partir de quais intencionalidades, quais objetivos e formas de interação. Pois, se a determinação geográfica é uma relação que ganha existência a partir do movimento da prática social, seu significado emana do modo de interação posicional entre ações e objetos. É mediante a ação que a determinação geográfica tem valor explicativo, pois a mesma condição geográfica pode oferecer determinações muito distintas para práticas e intenções diferentes. As chuvas que caem



para um agricultor de trigo na Ucrânia tem uma conotação e efetividade muito diferente que para a artilharia russa que depende das imagens de satélite para a localização das tropas ucranianas. A mesma chuva implica em possibilidades de ação extremamente diversas.

Entretanto, pode-se objetar que, para além de uma perspectiva individualizante ou restritiva a sujeitos e grupos sociais, há simultaneamente uma produção do espaço geográfico que concerne à grande maioria da civilização, ou, nas palavras de Elvio Martins, se efetiva “um padrão geográfico de civilização”, ou nos termos de Milton Santos, um “meio técnico-científico-informacional”, e portanto se testemunha a generalização de um aparato de sistemas técnicos de engenharia que padronizam as relações sociedade-natureza e a reprodução da vida cotidiana. Por conseguinte, a determinação geográfica da vida social é entremeada pelas relações de produção, propriedade e poder que a utilizam como instrumento biopolítico.

Dadas as limitações do presente trabalho, o foco da pesquisa se concentrou em discutir o modo como a determinação geográfica se relaciona com a reprodução social, em especial, a relação entre prática e objeto. Neste bojo, demos destaque à influência projetada dos objetos técnicos sobre as práticas sociais no que se refere à dimensão do controle biopolítico. Santos (1979:18) já indicava que a práxis social é tributária dos “imperativos espaciais”. E trazia a noção sartreana dos prático-inertes para se pensar o efeito ativo dos objetos sobre a reprodução:

Deveríamos perguntar-nos, como Sartre, a respeito da materialidade, por que não se tentou absolutamente em estudar esse tipo de ação passiva que exerce a materialidade como tal sobre os homens e sobre sua história, devolvendo-lhes uma práxis voltada sob a forma de uma contrafinalidade.

(...)

Repetimos com Sartre (1963): “Se a prática inerte rouba a minha ação... ela impõe frequentemente uma contrafinalidade”. Quando se trata do espaço humano, a questão não é mais de prática inerte, mas de **inércia dinâmica** [grifo meu]. A representação é também ação e as formas tangíveis participam do processo enquanto atrizes (SANTOS, 1979:18-19)

Embora estas sinalizações de Santos não tenham sido desdobradas na obra de referência, servem como evocativas considerações sobre o problema do condicionamento da prática social ante os sistemas de objetos. Tais sistemas técnicos de engenharia, de infra-estrutura e de organização territorial projetam intencionalidades e relações de poder que oferecem uma força inercial substantiva no ordenamento da reprodução e da vida cotidiana, além de estruturar as práticas, atuam também como estruturantes do



pensamento e da cognição. Neste sentido, consideramos relevante categorizar tipologias de objetos a partir das diferentes capacidades de sua atuação passiva-ativa sobre a prática social. Tal expediente se direciona ao aprofundamento reflexivo sobre o papel dos objetos e sistemas técnicos de engenharia e planejamento no âmbito do poder disciplinador que exercem sobre os corpos e as possibilidades de agência dos sujeitos e grupos sociais.

É inegável que os objetos possuem graus variados de “intervenção” sobre a reprodução cotidiana dos sujeitos, de uma cadeira ou uma mesa a sinais de trânsito, a algoritmos aplicados às tecnologias de informação, câmeras de trânsito e de vigilância, até o limite de objetos biotecnológicos que assumem a qualidade de agentes, como patógenos virais produzidos em laboratório, sementes transgênicas que ameaçam plantações crioulas pela polinização cruzada, entre outros.

Por conseguinte, produzimos a seguinte diferenciação de objetos, servindo como critério diferenciador sua capacidade de intervenção sócio-política. Obviamente, trata-se de uma sugestão preliminar, que deve ser submetida a um escrutínio mais rigoroso sob o ponto de vista analítico e metodológico, não obstante, possui o mérito de servir à introdução de um debate que merece aprofundamento:

- Objetos naturais
- Objetos inertes
- Objetos semi-ativos
- Objetos ativos
- Objetos biotécnicos

À primeira vista, seria procedente a objeção ao termo “objeto natural”, pois os elementos biogeofísicos não seria propriamente um “objeto”, conteriam em si a noção de vida, atividade, dinâmica e reprodução. Além do mais, a própria noção de “natural” já é impossível de ser concebida sem a intervenção humana, mesmo que indireta. Todas estas asserções são legítimas e procedentes, todavia, ainda sem a existência de um termo melhor, como objetos “não-humanos” ou “não-humanizados”, objetos biogeofísicos, recorrem ao mesmo imbróglio, sendo assim, a definição concorre à espera de uma melhor consideração reflexiva.



Concerne aos demais objetos, temos uma leitura mais evidente sobre sua natureza objetiva: são todos resultados diretos do trabalho humano, e, portanto, fruto da produção técnica situada nas contextualidades histórico-geográficas da reprodução social. Por objetos inertes, consideramos aqueles objetos que não possuem qualquer capacidade animada de alteração do seu estado material de funcionamento, tais como uma cadeira, uma mesa, um piso. Por objetos semi-ativos, consideramos objetos que detêm uma capacidade de animação limitada, seja por engrenagens elétricas ou pela deposição de forças manuais em seu funcionamento, como fechaduras, trancas, sinais de trânsito, portões automáticos, satélites, antenas etc. Por objetos ativos, entendemos objetos que atuam de forma ostensivamente interventiva, obedecendo a programações algorítmicas, se estendendo a formas de “inteligência artificial” (IA), visando criar e conduzir efeitos sociais subjetivos e objetivos com claros interesses políticos (mesmo que velados). Por fim, por objetos biotécnicos, consideramos dispositivos híbridos, que possuem uma interface com dinâmicas biológicas, incluindo inovações da engenharia genética aplicada a sementes transgênicas, patógenos, antídotos, vacinas, entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão a respeito da determinação geográfica aparece como necessidade premente à inteligibilidade das práticas sociais no contemporâneo, dado o contexto emergente dos sistemas técnicos como instrumentos disciplinadores da agência social e de seus processos de subjetivação. Além disso, o destino humano e as condições de reprodução social estão intimamente vinculados à configuração geográfica das relações sociedade-natureza, o que exige adequada representação conceitual e teórica que dê conta de expressar as bases e os desafios das problemáticas postas por tal configuração. Neste sentido, a determinação geográfica assume um caráter fulcral no que se refere ao “grande problema da vida e da felicidade” (MOREIRA, 2009:04) que Estrabão estipulava como centro de importância do filósofo.

Por conseguinte, foi apresentada uma releitura teórico-metodológica concernente aos termos do debate histórico vinculado ao “determinismo geográfico”, buscando neutralizar os rótulos e as caricaturas que foram engendrados por cientistas sociais franceses na interpretação das obras de Ratzel, verificando a margem de procedência e o que se entende por determinação geográfica, enquanto uma noção válida para se pensar a relevância do fundamento geográfico na compreensão do mundo contemporâneo, em



especial, a humanidade. Neste sentido, verificou-se a importância dos princípios lógicos da ciência geográfica para dar forma e representar adequadamente o conteúdo geográfico da realidade, sobretudo, no que se refere à possibilidade de expressar a integralidade geográfica enquanto qualidade do real. O modo como a práxis social estabelece sua relação com os nexos inter-causais constituintes de tal integralidade tem por efeito a grande maioria dos problemas socioambientais contemporâneos, como também as contradições e adversidades presentes ao desenvolvimento social.

Nos limites dados ao presente estudo, foram apresentadas tipologias de objetos quanto ao seu efeito passivo-ativo na regulação das práticas como uma forma preliminar de endereçar a discussão sobre o papel biopolítico dos sistemas técnicos de objetos no contemporâneo e pensar a condição humana atrelada a tal geografia/espacialidade. Espera-se que este esforço possa servir de objeto crítico para o aprofundamento das determinações geográficas da vida social cotidiana.

REFERÊNCIAS

BOAS, Franz. *Antropologia Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

CAPEL, Horácio. Percepción del medio y comportamiento geográfico. **Revista de Geografia**, Vol.7, nº1-2, 1973.

CARVALHO, Marcos B. Ratzel: releituras contemporâneas. Uma reabilitação? **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona Nº 25, 23 de abril de 1997.

CARVALHO, Marcos B. Diálogo entre as Ciências Sociais: um legado intelectual de Friedrich Ratzel (1844-1904). **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona, nº34, 10 de junio de 1997.

CENTELHAS, João Paulo Rabello de C. O zapatismo e a geografia histórica das comunidades indígenas mesoamericanas: um estudo a partir do conceito de metabolismo geográfico. Tese de doutorado. **Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana (USP)**, 2017.

COSGROVE, Denis. *Geography and Vision: seeing, imagining and representing the world*. London: **I.B. Tauris**, 2008.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo: **Editora 34**, 2013.

DURKHEIM, E. La Sociogéographie. *L'Année Sociologique*, vol. I, p.533-539, 1897.



DURKHEIM, E. Les Migrations Humaines. *L'Année Sociologique*, vol. III, p. 550-558, 1898-1899.

DURKHEIM, E. Morphologie Sociale. *L'Année Sociologique*, vol. II, p. 520-532, 1898.

FEBVRE, Lucien. A Geographical Introduction to History. London: **Kegan Paul, TrenchTrubner & Co**, 1925.

INGOLD, Tim. Perception of the environment. New York: **Routledge**, 2000.

JAMESON, Fredric. Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: **Ática**, 1996.

LA BLACHE, Paul V. Des Caractères Distinctifs de La Géographie. *Annales de Géographie*, , vol. XXII, p. 289-299, 1913.

LA BLACHE, Paul V. Princípios de Geografia Humana. Lisboa: **Cosmos**, 1954.

LACOSTE, Yves. A geografia – isso serve em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: **Papirus**, 2005.

LATOURE, Bruno. Reagregando o Social: uma Introdução à Teoria do Ator-Rede. São Paulo: **Edusc**, 2012.

LEFEBVRE, Henri. A vida cotidiana no mundo moderno. São Paulo: **Ática**, 1980.

LIMA, E. L. de. Do corpo ao espaço: Contribuições da obra de Maurice Merleau-Ponty à análise geográfica. *GEOgraphia*, 9(18), 2010.

LYNCH, Kevin. A imagem da cidade. São Paulo: **Martins Fontes**, 2011.

MARTINS, Elvio R. Geografia e Ontologia: o fundamento geográfico do ser. São Paulo: **Revista GEOUSP**, n.21, 2007.

MARTINS, Elvio R. Pensamento geográfico é Geografia em pensamento? **Revista GEOgraphia**, Ano.18, nº37, 2016.

MARTINS, Maurício Vieira. Materialismo e subjetividade: a posição de Marx. IN: MARTINS, M. V. Marx, Espinosa e Darwin: pensadores da imanência. Rio de Janeiro: **Consequência**, 2017.

MARX, Karl. Grundrisse. São Paulo: **Boitempo**, 2011.

MATURANA, Humberto. Cognição, ciência e vida cotidiana. Belo Horizonte: **UFMG**, 2001.

MAUSS, M. Sociologie et Anthropologie. Paris: **Presses Universitaires de France**, 1968.



MERLEAU-PONTY, Maurice. Fenomenologia da Percepção. Rio de Janeiro: **Freitas Bastos**, 1971.

MERLEAU-PONTY, M. Structure du comportement. Paris: **Quadrige/PUF**, 1990.

MERLEAU-PONTY, M. O visível e o invisível. São Paulo: **Perspectiva**, 2000.

MOREIRA, Ruy. O rentismo e as novas formas de sujeito e conflito nas relações sócio-espaciais deste começo de século. IN: Caderno de leitura do curso “A Crise do Capitalismo”. Rio de Janeiro: **Jornal Brasil de Fato**, 2009.

MOREIRA, Ruy. Pensar e Ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: **Contexto**, 2015.

MOREIRA, Ruy. Correndo atrás do prejuízo: o problema do paradigma geográfico da Geografia. **Revista da ANPEGE**, v.7, n.1, 0.49-58, out., 2011.

MOREIRA, Ruy. O que é Geografia? São Paulo: **Brasiliense**, 2009.

RATZEL, Friedrich. Geografia do Homem (Antropogeografia) In: Ratzel. MORAES, Antonio Carlos Robert (Org.). São Paulo: Editora Ática, 1990.

RATZEL, Friedrich. The History of Mankind. Vol. 1. London: **The Macmillan and Co.**, 1896.

SANTOS, Milton. Espaço e Sociedade. Petrópolis: **Vozes**, 1979.

VARELA, Francisco (ORG.). A mente corpórea: ciência cognitiva e experiência humana. Porto Alegre: **Instituto Piaget**, 2001.

VARELA, Francisco. O reencantamento do concreto. IN: Cadernos de Subjetividade. São Paulo: **Hucitec**, 2003.

VAZ, Henrique. Antropologia filosófica. São Paulo: **Loyola**, 2020.